 doi: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2024.54512

DA CEGUEIRA À LUCIDEZ:
PENSAR A DEMOCRACIA A PARTIR DOS ENSAIOS DE JOSÉ SARAMAGO

Isadora Zorzi[*]

Resumo: Este ensaio analisa as obras *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004), de José Saramago, a partir da interseção entre direito e literatura, propondo reflexões sobre a democracia e sua representação no imaginário jurídico e literário. Em *Ensaio sobre a cegueira*, a cegueira branca, alegoria da anomia da sociedade pós-moderna, leva ao colapso das instituições diante de uma crise, resultando em uma "suspensão democrática" que resulta em repressão e desumanização. A obra propõe uma reflexão sobre o papel do direito e das instituições na proteção da dignidade humana, destacando a responsabilidade cidadã (*de ter olhos*) da mulher do médico como fundamental para resistir à barbárie e restaurar a humanidade. Já em *Ensaio sobre a lucidez*, José Saramago critica o esvaziamento da democracia formal, utilizando o voto em branco como alegoria de protesto contra a desconexão entre governo, que reage à manifestação popular com uma escalada autoritária que culmina com um ato de terrorismo de estado, e os governados. A obra propõe que a democracia seja um processo contínuo de vigilância e participação ativa dos cidadãos, desafiando o leitor a refletir sobre a responsabilidade política coletiva. Conclui-se que as obras oferecem elementos valiosos para a reflexão jurídica em torno da democracia, fomentando uma *práxis* transformadora em busca de uma cidadania democrática

Palavras-chave: Democracia; Cidadania; José Saramago; Literatura; Direito.

FROM BLINDNESS TO LUCIDITY:
THINKING ABOUT DEMOCRACY BASED ON JOSÉ SARAMAGO'S ESSAYS

Abstract: This essay analyzes the books *Ensaio sobre a cegueira* (1995) and *Ensaio sobre a lucidez* (2004) by José Saramago, exploring the intersection of law and literature, and offering reflections on democracy and its representation in the legal and literary imaginations. In *Ensaio sobre a cegueira*, the white blindness, an allegory for the anomie of postmodern society, leads to the collapse of institutions in the face of crisis, resulting in a "democratic suspension" that leads to repression and dehumanization. The book reflects on the role of law and institutions in protecting human dignity, highlighting the citizen responsibility (*of having sight*) of the doctor's wife as fundamental in resisting barbarism and restoring humanity. In *Ensaio sobre a lucidez*, Saramago critiques the hollowing out of formal democracy, using the blank vote as an allegory of protest against the disconnection between the government, which responds to popular protests with an authoritarian escalation culminating in an act of state terrorism, and the governed. The book suggests that democracy must be a continuous process of vigilance and active citizen participation, challenging the reader to reflect on collective political responsibility. In conclusion, the works offer valuable elements for legal reflections on democracy, promoting a transformative praxis in the search for democratic citizenship.

[*] Mestranda em Ciências Criminais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Brasil. Especialista em Direito Penal e Política Criminal e graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É integrante do grupo de pesquisa "Criminologia, Cultura Punitiva e Crítica Filosófica". ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9995-0806. Contato: isadora.zrz@gmail.com.

Keywords: Democracy; Citizenship; José Saramago; Literature; Law.

DE LA CEGUERA A LA LUCIDEZ: PENSAR LA DEMOCRACIA A PARTIR DE LOS ENSAYOS DE JOSÉ SARAMAGO

Resumen: Este ensayo analiza las obras Ensaio sobre a cegueira (1995) y Ensaio sobre a lucidez (2004) de José Saramago, desde la intersección entre derecho y literatura, proponiendo reflexiones sobre la democracia y su representación en el imaginario jurídico y literario. En Ensaio sobre a cegueira, la ceguera blanca, alegoría de la anomía de la sociedad posmoderna, conduce al colapso de las instituciones frente a una crisis, resultando en una "suspensión democrática" que lleva a la represión y deshumanización. La obra propone una reflexión sobre el papel del derecho y las instituciones en la protección de la dignidad humana, destacando la responsabilidad ciudadana (de tener ojos) de la mujer del médico como fundamental para resistir la barbarie y restaurar la humanidad. En Ensaio sobre a lucidez, José Saramago critica el vaciamiento de la democracia formal, utilizando el voto en blanco como alegoría de protesta contra la desconexión entre el gobierno, que responde a la manifestación popular con una escalada autoritaria que culmina en un acto de terrorismo de estado, y los gobernados. La obra propone que la democracia debe ser un proceso continuo de vigilancia y participación activa de los ciudadanos, desafiando al lector a reflexionar sobre la responsabilidad política colectiva. Se concluye que las obras ofrecen elementos valiosos para la reflexión jurídica sobre la democracia, fomentando una praxis transformadora en busca de una ciudadanía democrática.

Palabras clave: Democracia; Ciudadanía; José Saramago; Literatura; Derecho.

---

1 Introdução

O presente ensaio propõe uma análise partindo da conexão entre direito e literatura, buscando, nos livros *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez* de José Saramago, elementos narrativos e hermenêuticos para pensar sobre a democracia e sua representação no imaginário jurídico e literário, demonstrando que essas obras, além de tecerem importantes críticas à fragilidade da democracia e à falência das instituições, também fornecem arcabouço para repensar o papel do direito e para fortalecer a busca por uma cidadania democrática.

Nesta introdução, será exposto o ponto de partida para a análise que propõe a interseção entre direito e literatura. Enquanto campos autônomos, a literatura liberta a imaginação das amarras sociais, criando universos imaginários; já o direito codifica a realidade, engessando possibilidades e assegurando expectativas. Contudo, a relação entre esses campos revela como a literatura pode contribuir para a construção da interpretação jurídica. Ao desafiar

as certezas dogmáticas do direito, a literatura reconduz o pensamento jurídico ao seu questionamento essencial[1].

O filósofo belga François Ost[2] propõe uma hermenêutica que busca interpretar o direito presente na literatura, uma visualização do direito a partir de sua "manifestação no imaginário social humano". O autor fala da origem comum do direito e da poesia, referindo-se à confluência "entre o gênero lírico e o didático que influenciam, desde os clássicos gregos, a narrativa do direito e da justiça". Também, subvertendo a ideia comum de que o direito se origina do fato, o autor considera que o direito se origina da narrativa[3] - "o direito não vive sem uma narração; e a narração, não vive sem um lirismo e um imaginário que a precede".

Isto posto, a hermenêutica proposta por Ost busca identificar o direito existente na literatura, como forma de exemplificar o imaginário jurídico enquanto influência do imaginário social de uma comunidade política. Portanto, são de grande importância para a construção do imaginário do direito, de acordo com o autor, os temas da linguagem - social, literária e jurídica[4]. Nesse sentido, o que importa é "o modo como a literatura ajuda a incrementar o vocábulo de base de nossas representações jurídicas e políticas das mais essenciais, como ela demonstra o valor da linguagem, independentemente de onde ela se apresenta, na ficção ou na realidade."[5]

Dentro dessa proposta, os ensaios de José Saramago são campos férteis para apreensão do imaginário social e político. O autor assumidamente utiliza a narrativa literária para explorar os limites da norma, da justiça e do poder, principalmente no segundo ciclo de sua produção literária, que abrange as obras Ensaio sobre a Cegueira e Ensaio sobre a Lucidez. Nesse ciclo, o autor explica que toma como "motivo central o ser humano, expondo nossa condição individual e coletiva"[6].

Para explicar os ciclos de sua obra, em conferência pronunciada em Turim, José Saramago utilizou-se de uma metáfora: "a estátua e a pedra". A estátua, enquanto representação da superfície, corresponderia ao primeiro ciclo de sua obra, em que o autor tratou de "descrever a estátua, o rosto, o gesto, as roupagens, a figura, é descrever o exterior da pedra"[7], no que o autor se debruçou nos romances anteriores a *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. O autor

[1] BONFIM, Vinícius Silva. A responsabilidade de ter "olhos": o direito na perspectiva do imaginário literário. *Revista CEJ*, Brasília, a. XIV, n. 48, p. 101-109, 2010.
[2] OST, François. *Contar a Lei:* as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
[3] MIRANDA, Roberta Drehmer de. François Ost e a hermenêutica jurídica – um estudo de Contar a Lei. *Direito & Justiça*, *[*S. l.*]*, v. 1, n. 37, p. 30-35, 2011.
[4] MIRANDA, François Ost e a hermenêutica jurídica, *cit.*
[5] BONFIM, A responsabilidade de ter "olhos", *cit.*, p. 103.
[6] SARAMAGO, José. *A estátua e a pedra*. Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.
[7] *Idem*.

afirmou que ao terminar *O Evangelho*, ainda não sabia que, até então, "tinha andado a descrever estátuas"[8], mas teve de entender, olhar para o mundo e passar para o seu interior, olhar para a pedra – o que se inaugura com *Ensaio sobre a cegueira*[9]- momento a partir do qual o português se detêm a um olhar mais aprofundado para o indivíduo em seus livros.

José Saramago sempre deixou claro que, enquanto ferramenta de seu ofício, sua linguagem exerceu função política e social – e não teria como ser de outra forma, considerando que o ativismo político foi constitutivo de Saramago. Embora o autor português não tenha hesitado em atribuir à linguagem a função de "pensar o mundo mais além do imediato", compreendia ao mesmo tempo que a literatura não tem a função de mudar o mundo, mas é uma parte da vida"[10]. Afirmou: "se eu tenho preocupações que acho que possam interessar a outros, eu aproveito o fato de ser escritor, aproveito o fato de ser reconhecido e aproveito até mesmo este prêmio [Nobel] para levar mais longe estas preocupações"[11].

Portanto, este ensaio reflexivo se propõe a analisar *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez* na intersecção entre direito e literatura, identificando elementos que permitam reflexões sobre a democracia e sua representação no imaginário jurídico e literário. Além dessa introdução, o ensaio está estruturado em dois capítulos: no primeiro, serão retomados pontos das duas narrativas e apresentados elementos relevantes para a análise; no capítulo final serão arrematadas as questões tratadas e proposta uma reflexão final, mas não exaustiva, sobre a infinidade de questões suscitadas a partir da leitura das obras, centrando-se na temática da democracia.

2 *Da cegueira à lucidez*

O romance *Ensaio sobre a cegueira* inicia com um semáforo. Assim que o sinal fica verde, um dos carros da fila não anda – e instaura-se uma pequena confusão, até que um homem sai do carro e anuncia: estou cego. Ao conversar com um segundo homem, que o ajuda a chegar em casa – mas que depois rouba seu carro -, afirma que "é como se estivesse no meio de um nevoeiro"[12].

A cegueira de Saramago é peculiar: não escura, mas branca. Como observa o próprio autor, tem o sentido metafórico de "mostrar que os personagens estão tão mergulhados em uma

[8] *Idem*.
[9] *Idem.*
[10] AGUILERA, Fernando Gómez. *As palavras de Saramago:* catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[11] *Idem.*
[12] SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 14

brancura (suas vidas cotidianas; suas preocupações mundanas; imediatas; particulares) que devora as coisas e os seres"[13]; é uma cegueira que "aniquila o homem, acaba com seus prazeres e leva-o ao esquecimento do que realmente é a vida"[14]. A partir daí, Saramago vai desenvolver sua alegoria sobre a anomia da sociedade pós-moderna: consumista, alienada e, em última instância, incapaz de reparar.

Sem encontrar explicações para a súbita cegueira branca, o homem da cena inicial e sua esposa procuram um médico oftalmologista. É a partir das pessoas que também estão na sala de espera do médico - e que cegarão uma a uma, exceto a mulher do médico - que se estabelece a configuração do grupo que será acompanhado no decorrer do romance. Diante da natureza inexplicável e aparentemente contagiosa da cegueira, o Governo intervém para conter a situação. Os infectados são recolhidos por ambulâncias e levados a um local de isolamento.

Na narrativa, o ministro discute com sua equipe qual seria, dentre as opções imediatas disponíveis, o melhor local para confinar os cegos. Opta-se pelo manicômio vez que o quartel, pelo tamanho, "tornaria difícil e dispendiosa a vigilância dos internados"; o prédio do hipermercado esbarraria em impedimentos jurídicos para o uso público; e escolher o espaço de uma feira industrial significaria comprar briga com a indústria, que investiria ali milhões[15].

A escolha do manicômio é emblemática. Pode ser interpretada a partir das formas de poder em Foucault – trata-se de um espaço de poder utilizado como controlador e regulador do comportamento dos cegos[16], que, lá dentro, como demonstrará a narrativa, são postos ao esquecimento. Trata-se de demonstrativo de que, em momentos de crise, andam juntos violência e esquecimento.[17] Sobre essa escolha, Fabrizio Uechi afirma que é representativa de uma política de exclusão que reafirma a primazia da manutenção da ordem sobre a dignidade humana, considerando os cegos como pessoas que perderam o direito de conviver em sociedade.[18]

Dentro do manicômio, portanto, os cegos enfrentam o abandono estatal e a privação de condições básicas de sobrevivência. Pode ser feita uma aproximação entre a situação dos cegos e a figura do *homo sacer*, resgatada por Agamben do Direito Romano, representa um ser

[13] BONFIM, A responsabilidade de ter "olhos", *cit.*, p. 104.
[14] *Ibidem*, p. 103.
[15] SARAMAGO, *Ensaio sobre a cegueira*, *cit.*, p. 46.
[16] FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
[17] BONFIM, A responsabilidade de ter "olhos", *cit.*, p. 104.
[18] UECHI, Fabrizio. *A democracia no Ensaio sobre a cegueira de José Saramago*: a igualdade como pressuposto na literatura e na política. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Pós-Graduação em Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2018, p. 128.

dotado de dualidade: não poderia ser sacrificado, mas qualquer um poderia dispor de sua vida da forma que quisesse; representa um ente juridicamente excluído do Direito, e, portanto, da vida jurídica[19]. O *homo sacer* é, nesta toada, o detentor da vida nua: "desprovido dos meios políticos, colocado à margem dos processos decisórios democráticos e que, portanto, estariam subjugados pelo Estado de Natureza".[20]

O pronunciamento do Governo, repetido todos os dias no alto falante, consolida a configuração do manicômio como um verdadeiro estado de exceção: delimita-se, a partir da existência de uma crise – a epidemia de cegueira -, uma zona de indiscernibilidade entre o jurídico e o político. Os cegos são alçados à condição de vida nua, despojados de direitos e sujeitos à violência sem nenhuma perspectiva de punição aos perpetradores. Isso é demonstrado quando o comunicado enuncia que tentar abandonar o edifício significa a morte imediata; e que o Governo se limitaria a fornecer produtos de limpeza e alimentação, sendo negado aos cegos auxílio médico ou direito a ritos de passagem dos mortos, por exemplo.

Nesse contexto, desdobram-se diversas situações que são alegorias de um estado de natureza instaurado em face da ausência de autoridade – o que demarca, de certa forma, o papel civilizatório do direito como força estruturante do Estado, bem como de organização social e proteção de direitos. Nas palavras de Saramago: "É toda uma cidade que retrocede ao instinto, que eu não chamaria de puro, porque o que surge todas as vezes, e o que está a surgir ali, é a violência, a extorsão, a tortura, o domínio de um pelo outro, a exploração."[21]

Exemplificativamente, cita-se situação na qual, iniciados os problemas com a alimentação – a quantidade disponibilizada pelo Governo era insuficiente para todos, o que gera revolta e até comentários de que "não há direito" –, alguns cegos resolvem, contrariando as instruções do governo, esperar a comida no átrio para garantir a própria alimentação e são mortos pelos soldados.

Outro exemplo é a ascensão dos "cegos malvados" que, armados, passam a reter a comida e dizem que quem quiser comer terá de pagar. Os cegos então despojaram-se de seus bens. Mas passada uma semana, os "cegos malvados" queriam mulheres. Algumas camaratas protestaram de pronto, esbravejando "não acatar a degradante imposição, objectando que não se podia rebaixar a esse ponto a dignidade humana, nesse caso feminina"[22].

---

[19] AGARIE, Caio Vinicius Roldão. *Estado de Exceção em Democracias Tardias:* O Brasil e a América Latina no Século XXI. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual do Norte do Paraná - Uenp, Jacarezinho, Paraná, 2017, p. 45-46.
[20] *Ibidem*, p. 46.
[21] AGUILERA, *As palavras de Saramago, cit.*
[22] SARAMAGO, *Ensaio sobre a cegueira*, *cit*., p. 165.

De início, as mulheres acabam se sacrificando em prol do coletivo. Mas em um ato de revolta, a mulher do médico mata a facadas o chefe dos malvados, contra-golpeando-os e informando que a partir dali, as mulheres ficariam responsáveis pela divisão da comida. O ato é tido como de heroísmo – o que não impede que após seu ato, a personagem se depare com o conflito moral: "Velha e assassina, pensou, mas sabia que se fosse necessário tornaria a matar, E quando é que é necessário matar, perguntou-se a si mesma enquanto ia andando na direção do átrio, e a si mesma respondeu, quando já está morto o que ainda é vivo"[23].

Em reflexão sobre a última frase do trecho destacado acima, questiona Vinicius Bonfim: "Quando se perde o sentido de humanidade? Quando tudo o que justifica a ética e a moral estão abalados ao ponto de serem tidos como mortos?"[24]. Esse conflito da mulher do médico significaria uma perda dos referenciais de ética e moral a orientar sua realidade. Questiona novamente o autor: "Um direito ou um conceito de justiça que tem suas estruturas, seus pontos fundamentais abalados ou que não servem para orientar a realidade, servem ainda para alguma coisa? Se *mato quando for necessário* se sobrepõe ao direito à vida, faz algum sentido falar nesse direito? Ou faz mais sentido o direito de matar quando necessário?"[25].

O direito, enquanto sistema normativo, pressupõe a existência de um Estado que reivindique o monopólio legítimo da força. Em uma distopia, como proposto por Saramago, esses aspectos estão em crise, o que leva aos questionamentos ressaltados por Vinicius Bonfim, que refletem sobre o embate entre normas universais e a realidade concreta com os quais se depara a mulher do cego. Diante de um contexto de ausência estatal como o descrito na obra, surge a necessidade de criação de novos paradigmas de organização. Nesse sentido, novamente a força da narrativa: "E como poderá uma sociedade de cegos organizar-se para que viva. Organizando-se, organizar-se já é, de uma certa maneira, começar a ter olhos"[26], pergunta o médico e responde a mulher do médico.

Nesse tensionamento constante entre ordem e barbárie, a mulher do médico atua como uma guia para os cegos, mas sem revelar inicialmente que possuía visão, por medo de ser escravizada por tal condição. Ao mesmo tempo em que enxerga toda a degradação humana, a mulher do médico tem um papel fundamental na manutenção de uma ordem mínima dentro da camarata dos personagens principais – "a responsabilidade de ter olhos quando todos perderam"[27].

---

[23] *Ibidem,* p. 189.
[24] BONFIM, A responsabilidade de ter "olhos", *cit.,* p. 106.
[25] *Ibidem.*
[26] SARAMAGO, *Ensaio sobre a cegueira*, *cit.*
[27] *Ibidem,* p. 241.

Esse papel da mulher do médico é reforçado quando os cegos saem do manicômio – após um incêndio causado por uma mulher na tentativa de atear fogo na camarata dos "cegos maus" e perceberem que não havia mais guardas. Quando se libertam, os cegos estão em um estado de natureza generalizado. Diz a mulher do médico "se continuarmos juntos talvez consigamos sobreviver, se nos separarmos seremos engolidos pela massa e destroçados"[28], reforçando o papel da solidariedade para a sobrevivência do grupo, e, novamente, da responsabilidade de ter olhos, da qual a mulher do médico se apropria ajudando os demais.

A mulher do médico passa a guiá-los pelas ruas, pelas suas casas. Por fim, se refugiam na casa do médico. Conforme vão alcançando algum conforto nas casas, os cegos, um pouco mais relaxados, conseguem tratar de questões da existência e não apenas das de sobrevivência – "se observa quanto o descanso do corpo pode contribuir para a harmonia dos espíritos"[29]. Nesse momento, há uma fala da rapariga de óculos escuros que, segundo o próprio Saramago, enuncia as palavras chaves da obra: "Dentro de nós há uma coisa que não tem nome. É o que somos"[30]. Sobre essa citação de seu livro, afirmou o Saramago que "O que precisamos é de procurar e dar um nome a essa coisa: talvez, simplesmente, possamos chamá-la de "humanidade"[31]

Para Saramago, a cegueira branca é uma metáfora para a alienação e a indiferença contemporâneas. Em contraste, a mulher do médico representa a possibilidade de reconstrução da sociedade com base na solidariedade e na consciência coletiva. Essa imagem geral da obra é bem representada pelo diálogo final, após os cegos recuperarem a visão, entre a mulher do médico e o marido: "Por que foi que cegamos, Não sei, talvez uma dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem."[32]

Partindo do desfecho final de *Ensaio sobre a cegueira*, a segunda obra tratada nesse ensaio ambienta-se na mesma cidade, quatro anos após a epidemia. A narrativa de *Ensaio sobre a lucidez* inicia-se em um dia chuvoso de eleições, quando a mesa da assembleia eleitoral municipal se dá conta de uma situação insólita: a maioria das pessoas não comparece para votar e aqueles que comparecem, votam em branco. Diante da situação, o governo opta por desconsiderar a votação e realizar novo pleito no domingo seguinte. Com o tempo ensolarado,

[28] *Ibidem*, p. 245.
[29] *Ibidem*, p. 261.
[30] *Ibidem*, p. 262.
[31] AGUILERA, *As palavras de Saramago, cit.*
[32] SARAMAGO, *Ensaio sobre a cegueira*, *cit*., p. 310.

a população que comparece é mais expressiva, mas, ainda assim, a votação finaliza com mais de 80% de votos em branco.

O que se observa dessa imagem inicial, portanto, é uma opção radical da população pelo voto em branco. Os eleitores questionam o sistema governamental do país, em que nenhum dos partidos - "da direita", "do centro" ou "da esquerda" - parece contemplar seus anseios. O voto em branco não reflete uma negação da democracia enquanto forma de governo, mas um protesto contra a substância das práticas democráticas no contexto narrado. Assim, uma primeira chave de análise da situação inicial da obra é de um desfecho à situação narrada em *Ensaio sobre a cegueira* – do "total falta de horizontes, a uma total privação vivenciada pelos personagens, que passam, então, à organização de um movimento extremamente lúcido pelo voto em branco"[33].

Considerando os votos em branco como um golpe contra a normalidade democrática, o governo instaura adota uma postura autoritária - anuncia a "necessidade de uma séria investigação das causas primeiras e últimas de tão desconcertantes resultados"[34] e a decreta-se estado de exceção, suspendendo as garantias constitucionais e instaurando-se um clima de perseguição, em que muitas pessoas são presas, interrogadas e tratadas como prisioneiras sem o devido processo legal. Observa-se o Estado defendendo seus próprios interesses com a escusa da preservação da nação de um terrível ameaça – o "golpe contra a normalidade democrática".

Em uma escalada de medidas autoritárias, o governo então retira seus serviços da cidade, na expectativa de que essa ação gerasse o caos, conforme fala do primeiro-ministro: "mais cedo ou mais tarde é inevitável que comecem a dar-se conflitos"[35]. Trata-se de uma visão hobbesiana de que o Estado, dotado de soberania absoluta, seria a única forma de impedir o retorno do estado de natureza[36]. No entanto, os cidadãos respondem com solidariedade e organização. Diante disso, o governo agrava a ofensiva e impõe o estado de sítio – a cidade passa a ser controlada por forças policiais, proíbe-se a reunião de mais de cinco pessoas, impõe-se a interdição absoluta de entradas e saídas da cidade e proíbe-se a saída.[37] A situação culmina em uma ação de terrorismo de Estado: a instalação de uma bomba no metrô, causando 23 mortes.

---

[33] SILVA, Flávia Belo Rodrigues da. *Entre a cegueira e a lucidez:* a tentativa de resgate da essência humana nos "Ensaios" de José Saramago. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras. Rio de Janeiro, 2006, p. 73.
[34] SARAMAGO, *Ensaio sobre a lucidez*, *cit.*, p. 35-36.
[35] *Ibidem*, p. 86.
[36] HOBBES, Thomas. *O Leviatã.* São Paulo: Editora Abril, 1984.
[37] SARAMAGO, *Ensaio sobre a lucidez*, *cit.*, p. 59-60.

A narrativa ilustra a escalada autoritária como uma retaliação do governo ao voto em branco, que foi percebido como uma ameaça à sua legitimidade, retratando a disposição do poder em recorrer à violência para impor sua soberania. Ao mesmo tempo, propõe uma crítica ao vazio da democracia formal, que, segundo Bobbio "diz respeito precisamente à forma de governo, e democracia substancial, que diz respeito ao conteúdo desta forma."[38]. A insatisfação dos cidadãos residia na desconexão entre forma e substância:

> (...) as intenções (...) não eram deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, que se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava[39].

Na terceira parte do livro constrói-se a ponte mais explícita entre os dois ensaios: em meio a uma discussão entre o presidente e o primeiro-ministro, que não conseguem encontrar uma solução para a situação, o presidente lamenta-se, "andaremos para aqui às apalpadelas, às cegas", no que é completado pelo ministro da cultura, "Tal como há quatro anos".[40]

A partir daí, o governo decide infiltrar agentes policiais na capital sitiada, com a finalidade de provarem que a personagem mulher do médico, apontada como líder do movimento do voto em branco por uma carta anônima enviada ao governo (que a narrativa posteriormente revela ter sido enviada pelo primeiro cego de *Ensaio sobre a cegueira*). Demonstra-se mais uma faceta do autoritarismo: a completa inexistência de contenções ao poder punitivo e garantias constitucionais à "investigada".

O comissário de polícia, ao não encontrar provas contra a mulher do médico, nega-se a forjá-las, e o governo, em resposta, manda assassinar os dois – comissário e mulher do médico. A partir disso, a obra tem um fechamento simbólico: "Então um cego perguntou, Ouviste alguma coisa, Três tiros, respondeu o outro, Mas havia também um cão aos uivos, Já se calou, deve ter sido o terceiro tiro, Ainda bem, detesto ouvir os cães a uivar[41]."

Ao retratar a morte do comissário e da mulher do médico, seguidos pelo uivo do cão, ilustra-se a resistência ao arbítrio do poder e entrelaça-se a narrativa ao epílogo "Uivemos, disse o cão". Indo além, Garlet desenvolve que o verbo uivemos representa, na obra, o homem de *práxis* social, isto é, "os habitantes que agiram ao votarem em branco; o comissário de polícia,

[38] BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
[39] SARAMAGO, *Ensaio sobre a lucidez*, *cit*, p. 101.
[40] *Ibidem*, p. 170.
[41] *Ibidem*, p. 325.

o qual age negando-se a forjar provas; a mulher do médico, a qual agira no passado da cegueira branca"[42].

Por fim, a cena final também dialoga com *Ensaio sobre a Cegueira*: o fato de se tratar de um diálogo entre cegos pode ser "indicativa de que há, diante do homem, dois caminhos: uivar, agir (porque vê) ou calar, consentir (porque cego)."[43] Assim, os ensaios lidos em conjunto finalizam um arco narrativo que promove a reflexão sobre a importância de ver – na escuridão da epidemia ou na claridade da lucidez – como uma condição para resistir ao autoritarismo e reivindicar uma cidadania democrática.

3 *Pensar a democracia a partir dos ensaios de Saramago*

Em 1991, em conferência intitulada "Verdade e ilusão democrática", José Saramago faz um apelo para que a democracia deixe de ser considerada um dado adquirido e um apelo para que seja discutida:

> Que fazer, então? Deixar de considerar a democracia como um dado adquirido, definido de uma vez e para sempre intocável. Num mundo que se habituou a discutir tudo, uma só coisa não se discute, precisamente a democracia. (...) Pois eu digo: discutamo-la, meus senhores, discutamo-la a todas as horas, discutamo-la em todos os foros, porque, se não o fizermos a tempo, se não descobrirmos a maneira de a reinventar, sim, de a re-inventar, não será só a democracia que se perderá, também se perderá a esperança de ver um dia respeitados neste infeliz planeta os direitos humanos[44].

Portanto, dentre as diversas reflexões promovidas pelas obras de José Saramago, esse breve ensaio reflexivo se propõe a selecionar algumas delas para que, atendendo ao apelo do autor, falemos sobre questões que permeiam a temática da democracia,

Em *Ensaio sobre a cegueira*, Saramago desenvolve uma alegoria da anomia da sociedade pós-moderna, criando a cegueira branca – que não se tratava de uma cegueira comum, mas uma impossibilidade de reparar. A partir dessa alegoria, o autor trata de questões importantes para pensar sobre a democracia a partir da conduta adotada pelo Governo ao lidar com a situação emergencial. Como resposta a uma crise – no caso, a cegueira - são derrubadas diversas contenções que deveriam guiar um Estado Democrático de Direito, ocorrendo uma

[42] GARLET, Deivis Jhones. O Ensaio Sobre A Lucidez, De José Saramago: Uma Arquitetônica Dialética E Um Postulado Democrático. *In:* XIV CONGRESSO INTERNACIONAL - FLUXOS E CORRENTES: TRÂNSITOS E TRADUÇÕES LITERÁRIA. 14., 2015, Belém. *Anais Eletrônicos*. Belém: Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2015.
[43] GARLET, O Ensaio Sobre A Lucidez, *cit.*
[44] SARAMAGO, José. Verdade e ilusão democrática. *José Saramago*, Lisboa, 1991. Disponível em: https://www.josesaramago.org/conferencia/verdade-e-ilusao-democratica/. Acesso em: 6 dez. 2024.

"suspensão democrática" que se localiza em uma zona de indiscernibilidade entre o jurídico e o político.

O sistema político, ao falhar na proteção da dignidade humana, opta por estratégias de controle e repressão, tratando os cidadãos "infectados" como indesejáveis. Estes são abandonados em um manicômio, monitorados por guardas sob a promessa de receberem o básico para sobreviver, com a orientação de se organizarem como melhor entendessem. Nesse ponto, pode-se dizer que os cidadãos são reduzidos à vida nua – tanto que suas vidas poderiam ser encerradas pelo Estado se tentassem sair do prédio, conforme as instruções constantemente repetidas pelo altifalante. As situações de violência que se desdobram no manicômio - e mesmo quando os cegos vagam pela cidade após o incêndio - permitem uma aproximação com o Leviatã, de Hobbes: uma representação do estado natural dos homens, de guerra de todos contra todos ante a ausência do Estado.

Qual o papel da democracia quando as instituições se mostram incapazes de manter a ordem e a justiça sob uma perspectiva de garantia de direitos, atuando exclusivamente sob uma perspectiva de controle e reforço da própria legitimidade? A narrativa sugere que a democracia deve ser constantemente vigiada para se manter como sustentáculo efetivo dos direitos dos cidadãos.

Em contraste à barbárie, Saramago cria a figura da mulher do médico, única capaz de enxergar. Ela tenta manter uma ordem mínima no manicômio e representa a humanidade como práxis, mesmo enfrentando dilemas morais por ser a única capaz de enxergar a degradação completa. Sua figura é essencial como representação da manutenção da humanidade em tempos de crise, propondo que a participação ativa dos cidadãos é indispensável em um sistema democrático para evitar que ele se torne uma forma vazia.

Essa ideia de que a democracia é um processo que exige vigilância e participação constante é desenvolvida ainda mais fortemente no segundo Ensaio. Se *Ensaio sobre a lucidez* é sobre humanidade, conforme Saramago; *Ensaio sobre a lucidez* é sobre a razão de Estado, ou as razões de Estado.[45] Nesta última obra o autor critica explicitamente "a redução do cidadão ao papel mecânico de eleitor — na prática, votar implicaria a renúncia posterior ao direito de intervir na pólis —, em um processo de deslocamento e desidratação democrática, paralelamente à burocratização do sistema"[46].

Embora o autor tenha em diversos momentos sinalizado que a crítica feita é ao esvaziamento da democracia, e não à continuidade da democracia, a pauta do voto em branco

[45] AGUILERA**,** *As palavras de Saramago, cit.*
[46] *Idem.*

como manifestação de insatisfação e alerta para a fragilidade do sistema democrático deve ser analisada com cautela. A rejeição ao *status quo* pela população pode fomentar a ascensão de lideranças que, ao se posicionarem contra a política tradicional, instrumentalizam essa insatisfação para promover agendas autoritárias e que ameaçam a própria estrutura democrática, enfraquecendo direitos fundamentais.

É importante, portanto, relembrar que a obra é uma alegoria. Trata-se de uma crítica ao esvaziamento da palavra "democracia", traduzida em uma crítica à resignação do eleitor ao papel de meramente um votante. É um chamado para que o eleitor tome seu lugar de cidadão participante da pólis, e não um chamado para o voto em branco e para a rejeição às instituições democráticas.

Assim como na primeira obra, *Ensaio sobre a lucidez* aborda o estado de exceção, mas de forma explícita e declarada. O escalonamento autoritário das condutas estatais surge como retaliação à resposta democrática da sociedade – o voto em branco –, que representava a desilusão com governantes incapazes de atender aos interesses coletivos. Trata-se, assim, de uma crítica ao conteúdo da forma, e não de uma incitação à derrubada do sistema.

Essa derrocada autoritária culmina até em um ato de terrorismo de estado e de uma investigação no estilo "caça às bruxas" a partir da escolha de um bode expiatório - a mulher do médico - como responsável pela organização da votação em branco. O ensaio termina com a morte dessa personagem, de outra que se recusou a forjar provas contra ela, e até do cachorro que a acompanhava desde o primeiro Ensaio. Essas mortes simbolizam o extermínio das forças capazes de resistir à arbitrariedade estatal, reforçando a crítica a um governo indisposto a ouvir os anseios populares.

Em suma, a proposta de leitura dos dois ensaios de Saramago nos termos desenvolvidos pode incrementar o vocábulo de base de representações jurídicas e políticas das mais essenciais. As obras fornecem elementos para pensar nas dinâmicas de sociedade e governo, principalmente enfocando no conteúdo das democracias e crítica à representatividade em apagamento total da responsabilidade cidadã. As obras incitam o leitor à reflexão crítica e a uma *práxis* transformadora, ressoando as palavras do autor: "Tornemo-nos responsáveis por nossas obrigações como cidadãos, sejamos cidadãos comuns da palavra, e assim o mundo talvez poderia ficar um pouquinho melhor. Assumamos as responsabilidades que nos cabem." [47]

[47] *Idem*.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGARIE, Caio Vinicius Roldão. *Estado de Exceção em Democracias Tardias*: O Brasil e a América Latina no Século XXI. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual do Norte do Paraná - Uenp, Jacarezinho, Paraná, 2017, 101 f.

AGUILERA, Fernando Gómez. *As palavras de Saramago*: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONFIM, Vinícius Silva. A responsabilidade de ter "olhos": o direito na perspectiva do imaginário literário. *Revista CEJ*, Brasília, a. XIV, n. 48, p. 101-109, 2010. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/114843/responsabilidade_ter_olhos_bonfim.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

GARLET, Deivis Jhones. O Ensaio Sobre A Lucidez, De José Saramago: Uma Arquitetônica Dialética E Um Postulado Democrático. *In:* XIV CONGRESSO INTERNACIONAL - FLUXOS E CORRENTES: TRÂNSITOS E TRADUÇÕES LITERÁRIA. 14., 2015, Belém. *Anais Eletrônicos*. Belém: Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2015

HOBBES, Thomas. *O Leviatã.* São Paulo: Ed. Abril, 1984.

MIRANDA, Roberta Drehmer de. François Ost e a hermenêutica jurídica – um estudo de Contar a Lei. *Direito & Justiça,* [*S. l.*], v. 1, n. 37, p. 30-35, 2011. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fadir/article/view/9093. Acesso em: 30 dez. 2024.

OST, François. *Contar a Lei:* as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

SARAMAGO, José. *A estátua e a pedra*. Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, José. Verdade e ilusão democrática. *José Saramago*, Lisboa, 1991. Disponível em: https://www.josesaramago.org/conferencia/verdade-e-ilusao-democratica/. Acesso em: 6 dez. 2024.

SILVA, Flávia Belo Rodrigues da. *Entre a cegueira e a lucidez:* a tentativa de resgate da essência humana nos "Ensaios" de José Saramago. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras. Rio de Janeiro, 2006, 131 f. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/SilvaFBR.pdf. Acesso em 08 de julho de 2024.

UECHI, Fabrizio. *A democracia no Ensaio sobre a cegueira de José Saramago*: a igualdade como pressuposto na literatura e na política. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Pós-Graduação em Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2018, 234 f.

Como citar este artigo: ZORZI, Isadora. Da cegueira à lucidez: pensar a democracia a partir dos ensaios de José Saramago. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1–15, 2024.

Recebido em 10.09.2024

Publicado em 31.12.2024

CC BY 4.0 Atribuição 4.0 Internacional